

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Estudo Técnico Preliminar 83/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 01342.001231/2025-99

2. Descrição da necessidade

2.1 – O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada para disponibilização de caçambas estacionárias (caixas Brooks) de 4 m³, remoção, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos de serviços de construção e resíduos assemelhados, gerados nas dependências do CNEN/IPEN-SP.

2.2 – Esta versão contempla a revisão dos critérios técnicos e administrativos utilizados em contratações anteriores, com base na previsão de demanda registrada no Plano Anual de Contratações – PAC 2025 (SEI nº 2825646 e 2825669), em consonância com:

- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);
- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais);
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2019;
- Demais normas ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis.

2.3 – O IPEN/CNEN-SP possui aproximadamente 544.680 m² de área construída, distribuída em mais de 70 edificações, que incluem áreas administrativas, laboratórios de pesquisa, unidades de ensino, restaurante e ambulatório médico.

As atividades de manutenção predial, pequenas obras, serviços de infraestrutura e reparos geram resíduos de serviços de construção e resíduos assemelhados, que incluem:

- Classes A e B da Resolução CONAMA nº 307/2002, como concreto, argamassa, tijolos, blocos cerâmicos, metais, plásticos, papel, papelão e madeira;
- Classes II-A e II-B da ABNT NBR 10.004/2004, caracterizados como resíduos não perigosos.

2.4 – O correto manuseio, transporte e destinação final desses resíduos é fundamental para:

1. Atender à legislação ambiental federal, estadual e municipal, incluindo a Lei Municipal nº 13.478/2002 e o Decreto Municipal nº 58.701/2019;
2. Evitar riscos ambientais, sanitários e ocupacionais, garantindo áreas livres de acúmulo de resíduos;
3. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, promovendo gestão ambiental responsável e sustentabilidade nas atividades do IPEN/CNEN-SP.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DINFR	GILBERTO MAGALHÃES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. A contratada deverá realizar o transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de construção e resíduos assemelhados, utilizando somente áreas licenciadas pela CETESB e cadastradas junto à AMLURB/CTR, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 (Classes A e B) e com a ABNT NBR 10.004 /2004 (Classe II-A e II-B – resíduos não perigosos).
- 4.1.2. É vedado o descarte de resíduos em áreas não licenciadas, tais como “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos ou áreas protegidas por lei, em atendimento à legislação ambiental vigente.

Subcontratação

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

- 4.3 . Em conformidade com a faculdade prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, e após análise criteriosa, optou-se por não exigir a garantia de execução contratual. A justificativa para esta decisão, que visa ampliar a competitividade e garantir o interesse público, detalha e aprofunda os fundamentos já apontados de baixo risco e economicidade:
- a) O principal fundamento para a dispensa da garantia é o histórico recente e conclusivo deste órgão, devidamente documentado no Processo SEI nº 01342.001151/2024-52. O referido processo registra 2 (duas) tentativas anteriores de licitação para o presente objeto, e ambas resultaram fracassadas. Este fato é a prova inequívoca de que, embora haja interesse do mercado, as condições e exigências dos certames anteriores podem ter se mostrado um obstáculo à qualificação final dos licitantes. A exigência de garantia funciona como uma barreira de entrada e um custo adicional que pode restringir a participação ou dificultar o cumprimento dos requisitos de habilitação. A dispensa da garantia é, portanto, uma medida de gestão estratégica e indispensável para mitigar o risco concreto de um novo fracasso do certame e, assim, viabilizar o atendimento de uma necessidade pública inadiável.
- b) O risco da contratação é considerado baixo, o que corrobora a decisão. Essa análise se baseia na natureza do objeto e nos seguintes controles de execução, que se mostram suficientes para assegurar o cumprimento do contrato:
1. Pagamento Condicionado à Execução: O pagamento é realizado apenas após a efetiva prestação e medição dos serviços.
 2. Fiscalização Ativa: A gestão contratual prevê o acompanhamento e a fiscalização contínua dos serviços.
 3. Regime de Sanções: O contrato estipula um regime de sanções administrativas para o caso de falhas, sendo este o principal instrumento para compelir a contratada ao adimplemento de suas obrigações.
- c) A dispensa da garantia é uma medida proporcional que evita onerar desnecessariamente a contratação, cujos custos seriam repassados ao preço final. A decisão está alinhada à necessidade premente de viabilizar a contratação, conforme demonstrado pelo histórico de certames fracassados.

Vistoria

- 4.4 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é opcional, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas. Caso o interessado não possa comparecer no período indicado, poderá solicitar previamente o

agendamento de data e horário alternativos dentro do expediente da instituição, observada a disponibilidade da Administração.

4.4.1 Responsável Técnico IPEN:

GILBERTO MAGALHÃES, Telefone (11) 2810-5780 ou e-mail: gmagalha@ipen.br

4.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.5. Não exclusividade para ME/EPP

4.5.1. A não exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nesta licitação é justificada com base na Lei 14.133, que estabelece princípios fundamentais para as contratações públicas, incluindo a busca pela melhor proposta técnica e econômica, e a eficiência nas aquisições governamentais.

4.5.2. Após uma análise criteriosa do mercado, verificou-se que o objeto em questão, apesar de ser serviço comum, limitam a disponibilidade de fornecedores. Consequentemente, a concessão de exclusividade para ME/EPP poderia restringir a competitividade do certame, comprometendo a obtenção das melhores condições de preço e qualidade para o órgão contratante, bem como a eficiência na entrega dos produtos necessários para suas atividades.

4.5.3. Além disso, a não exclusividade permite a participação de fornecedores especializados na fabricação e fornecimento desses itens, ampliando o leque de opções disponíveis e fomentando a concorrência saudável entre os licitantes.

4.5.4. Portanto, ao optar por não estabelecer exclusividade para ME/EPP, o órgão contratante busca assegurar a conformidade com os princípios estabelecidos na Lei 14.133, promovendo uma contratação pública transparente, eficiente e que atenda plenamente às necessidades institucionais.

4.6. Qualificação Técnico-Operacional

Definiu-se como requisito indispensável a comprovação de uma experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços similares.

1. Mitigação do Risco de Desorganização Administrativa e Operacional: A prestação de serviços para a Administração Pública exige um nível mínimo de maturidade gerencial, incluindo o cumprimento de rotinas de faturamento, documentação, comunicação com a fiscalização e atendimento a normas. A experiência de 1 ano é o patamar mínimo para assegurar que a empresa já possui uma "cultura contratual" e uma estrutura administrativa básica, mitigando o risco de contratar uma empresa que, embora legalmente habilitada, seja operacionalmente desorganizada. Tal desorganização geraria um ônus administrativo desproporcional para a fiscalização, com potencial para levar a sanções e a uma eventual rescisão, resultando em um ciclo de novas licitações que se busca evitar.
2. Proporcionalidade da Exigência: A exigência de apenas 1 (um) ano é considerada branda e proporcional. Ela não exige que a experiência seja em um único contrato, permitindo o somatório de atestados, e não estabelece quantitativos mínimos. Busca-se apenas um indicativo de que a empresa já esteve em operação por tempo suficiente para estabelecer seus processos internos.

A exigência de 1 ano de experiência é a medida de equilíbrio encontrada entre a necessidade de viabilizar a competição e a de mitigar os riscos de uma execução contratual administrativamente tumultuada, o que causaria grave prejuízo à continuidade das atividades do órgão.

4.7. Do Índice de Reajuste

4.7.1. A escolha do índice de reajuste contratual é uma decisão que requer análise para garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato sem gerar ônus excessivo para a Administração. Nesse sentido, e em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União (e.g., Acórdão nº 114/2013 - Plenário), o índice eleito deve ser o que melhor reflete a variação de custos do objeto contratado.

4.7.2. Após análise dos índices disponíveis, opta-se pela adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. A fundamentação para esta escolha baseia-se na seguinte comparação técnica:

1. Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M): Este índice, embora comum no mercado, apresenta alta volatilidade por ser fortemente influenciado pela variação cambial e pelos preços no atacado (60% de sua composição). Sua aplicação em contratos administrativos representa um risco de desequilíbrio, podendo gerar reajustes desproporcionais que oneram injustificadamente o erário.
2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): Este é o índice oficial de inflação do país, utilizado pelo Banco Central para o sistema de metas. Sua composição é mais estável e representativa da inflação real, pois se baseia em uma ampla cesta de consumo das famílias brasileiras. Seu uso confere maior segurança jurídica, previsibilidade e aderência aos custos efetivos da economia.

4.7.3. Portanto, a escolha do IPCA como índice de reajuste para este contrato é a decisão técnica mais segura e alinhada aos princípios da eficiência e da economicidade, assegurando que o reajuste cumpra sua finalidade de recompor o valor da moeda sem incorrer nos riscos associados a índices mais voláteis.

5. Levantamento de Mercado

5.1 – Metodologia aplicada

Para definição do valor estimado da contratação, foi realizado levantamento de mercado visando identificar fornecedores aptos e preços praticados para o serviço de remoção, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos de serviços de construção e resíduos assemelhados, por meio de caçambas estacionárias de 4 m³ (quatro metros cúbicos), incluindo todas as etapas necessárias ao cumprimento da legislação ambiental vigente.

A pesquisa de mercado foi conduzida com base em:

- Cotações de fornecedores credenciados na AMLURB/CTR, aptos ao transporte e destinação de resíduos de construção civil;
- Consulta a contratos públicos e fontes oficiais de preços, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

5.2 – Consolidação dos resultados

A pesquisa contemplou fornecedores locais e dados de mercado, garantindo que os preços obtidos fossem compatíveis com a realidade regional e as exigências ambientais.

- Foram descartados valores notadamente inexequíveis ou fora do padrão de mercado, conforme art. 3º, §1º da IN nº 65/2021;
- O método de cálculo aplicado foi a média aritmética simples dos preços válidos;

- Todos os preços considerados já incluem:
 1. Disponibilização das caçambas;
 2. Transporte interno e externo;
 3. Destinação final ambientalmente adequada em locais licenciados;
 4. Impostos, encargos e demais custos operacionais.

Com base nesse levantamento, obteve-se um valor médio unitário por caçamba de 4 m³ de aproximadamente R\$ 559,59 (quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, considerando o volume anual estimado de 500 m³ (quinhentos metros cúbicos), equivalente a 125 (cento e vinte e cinco) caçambas anuais, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 69.948,75 (Sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

5.3 – Conclusão do levantamento de mercado

O levantamento de mercado evidencia que:

1. Existem fornecedores aptos e credenciados para executar o serviço nas condições exigidas;
2. O valor médio obtido é compatível com o mercado e atende aos princípios da economicidade e da razoabilidade;
3. O método adotado garante transparência e rastreabilidade, atendendo à Lei nº 14.133/2021 e à IN SEGES/ME nº 65/2021;
4. O valor estimado servirá de base para o planejamento da licitação e elaboração do Termo de Referência.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Análise e Justificativa do Prazo de Vigência Contratual

6.1.1. A presente contratação enquadra-se como serviço de natureza contínua, de caráter essencial para a manutenção das atividades operacionais e de salubridade desta instituição. Em conformidade com o que faculta o art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, realiza-se neste estudo a análise da viabilidade e da vantagem de se estabelecer um contrato com vigência inicial de 12 (doze) meses, passível de prorrogações sucessivas até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

6.1.2. Tal decisão se fundamenta na busca pela proposta mais vantajosa sob os seguintes aspectos:

a) Obtenção de Propostas com Preços Mais Competitivos: A estabilidade e a previsibilidade de receita por um período prolongado permitem aos licitantes a amortização de seus investimentos (veículos, caçambas, pessoal) e a otimização de sua estrutura de custos. Essa segurança contratual reduz a percepção de risco do fornecedor, o que se traduz em propostas com menor margem e, consequentemente, preços mais vantajosos para a Administração. Contratos de curto prazo, ao contrário, tendem a ter preços mais elevados para compensar a incerteza da continuidade.

b) Redução de Custos Administrativos: A realização de um único processo licitatório para um horizonte de 5 anos dilui significativamente os custos processuais e os recursos humanos envolvidos na elaboração de novos ETPs, Termos de Referência, pesquisas de preços e na condução de novos certames anualmente. Isso representa uma clara vantagem em termos de eficiência administrativa, em linha com o princípio da eficiência (art. 5º da Lei 14.133/2021).

c) Ganho de Qualidade e Estabilidade na Execução: A continuidade do contrato com um mesmo prestador de serviço, desde que este se mostre satisfatório, evita os transtornos e a "curva de aprendizado" inerentes à troca constante de fornecedores. Isso garante a manutenção de um padrão de qualidade e a familiaridade do prestador com as rotinas e especificidades logísticas deste órgão.

6.1.3. Condições para a Manutenção e Prorrogação do Contrato

A efetivação das prorrogações anuais estará condicionada à verificação, por parte da autoridade competente, das seguintes diretrizes:

- a) Atestado de Vantagem na Manutenção: No início de cada exercício financeiro, será formalmente atestado que a manutenção do contrato continua sendo economicamente vantajosa para a Administração, por meio da análise dos preços de mercado e da avaliação da qualidade do serviço prestado.
- b) Disponibilidade Orçamentária: A prorrogação dependerá da comprovação da existência de créditos orçamentários para cobrir a despesa do exercício correspondente.
- c) Cláusula de Extinção Sem Ônus: O contrato conterá cláusula resolutiva expressa que permitirá à Administração extinguir o contrato, sem ônus, caso não disponha de créditos orçamentários para a sua continuidade ou se, em análise discricionária, entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.1.4. Pelo exposto, conclui-se que a adoção de um prazo de vigência de 12 meses, prorrogável por até 60 meses, é a estratégia que melhor atende aos princípios da economicidade, eficiência e busca pela proposta mais vantajosa, estando devidamente justificada nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

6.2 - Trata-se de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação na modalidade pregão eletrônico. O objeto proposto enquadra-se como serviço contínuo, uma vez que se trata de atividade essencial de apoio à manutenção e segurança das instalações, cuja interrupção comprometeria a operação. É considerado serviço comum por ser especificável e mensurável com parâmetros usuais de mercado, como volume em m³ e emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).

6.3 - O serviço de coleta e transporte, tratamento e destinação final adequada de Resíduos de Construção Civil – Classes A e B da Resolução CONAMA 307/2002, equivalentes às Classes II-A e II-B da ABNT NBR 10.004/2004, das instalações da CNEN-IPEN/SP, é prevista e regulada em legislação. A ausência deste serviço poderá gerar o acúmulo excessivo de entulho e a proliferação de insetos e ratos, que atualmente está controlada. A responsabilidade integral pela remoção de entulhos e afins, transporte e destinação final é da empresa contratada.

6.4 A solução prevê a utilização de caçambas com capacidade de 4 m³.

A opção pela caçamba de 4 m³ visa otimizar a frequência de coleta e adequar o serviço ao perfil de geração de resíduos desta instituição. Observou-se em execuções contratuais anteriores que as caçambas de 5 m³ por vezes permaneciam longos períodos no local sem atingir sua capacidade máxima, especialmente em pontos de menor geração de resíduos. Isso resultava em acúmulo de material por tempo prolongado e em uma utilização ineficiente do equipamento.

A utilização de caçambas de 4 m³ promove um ciclo de coleta mais dinâmico. Elas atingem a capacidade total em um tempo menor, garantindo uma rotatividade mais alta e a remoção mais frequente dos resíduos, o que contribui para a organização e limpeza e salubridade das áreas. Esta medida alinha o equipamento à demanda real de cada ponto de coleta, representando uma solução mais eficiente para a gestão dos resíduos.

6.5 - Para a presente contratação, adota-se o regime de Empreitada por Preço Unitário, conforme definido no art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

6.5.1 A opção pela Empreitada por Preço Unitário não decorre de mera conveniência, mas sim da análise da natureza do objeto e da impossibilidade de se predefinir, com o grau de precisão exigido para o regime de preço global, os quantitativos exatos a serem demandados em cada período. A justificativa se sustenta nos seguintes pontos:

- a) Natureza Variável da Demanda: Embora exista uma estimativa de consumo anual (500 m³), baseada em histórico, a geração de resíduos de construção civil é intrinsecamente variável. Ela depende de atividades de manutenção, pequenas obras ou reformas, cuja ocorrência e volume não seguem um cronograma fixo e previsível. Há períodos de maior e menor geração, tornando impossível fixar um "preço certo e total" (característica do preço global) sem incorrer em risco de pagamento por serviço não utilizado ou de exaustão prematura do objeto.

- b) Execução Conforme a Demanda (Retiradas Antecipadas): Conforme previsto no modelo de execução, a contratada deverá realizar a retirada das caçambas quando estas atingirem sua capacidade máxima ou por solicitação expressa do IPEN/CNEN-SP, que pode ocorrer a qualquer momento. Essa necessidade de "retirada antecipada" comprova que a execução se dará conforme a demanda, e não por um cronograma fixo. Este cenário se alinha perfeitamente à definição de Empreitada por Preço Unitário, onde "os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados", conforme destacado pelo Acórdão 1978/2013-Plenário do TCU.
- c) Eficiência na Gestão e Mitigação de Riscos: O regime de preço unitário oferece maior eficiência e segurança na gestão contratual. A Administração pagará apenas pelo volume efetivamente coletado e medido, eliminando o risco de sobrepreço ou de jogo de planilha em caso de aditivos. Conforme o Enunciado Consultivo PGF n. 93, é lícita a contratação "conforme a demanda" para serviços, adotando-se a empreitada por preço unitário.

Diante da impossibilidade de se determinar com exatidão os quantitativos totais e a frequência do serviço, e considerando a necessidade de uma execução flexível e alinhada à demanda real, o regime de Empreitada por Preço Unitário é o que melhor atende aos princípios da eficiência, da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa, sendo o mais adequado para o presente objeto.

6.6 Justificativa da Estimativa de Quantitativo e Memória de Cálculo

A quantidade estimada e máxima anual é de 500m³ (quinhentos metros cúbicos)) para a remoção de entulhos e destinação final de resíduos sólidos de construção. Trata-se de uma estimativa não obrigando o contratante a utilizar toda a quantidade estimada.

A estimativa foi fundamentada na análise do histórico de consumo deste órgão, com base nos dados extraídos do contrato anterior de mesma natureza, formalizado através do Processo SEI nº 01342.000358/2016-08.

O referido contrato, com vigência de 5 (cinco) anos, demonstrou uma demanda de 500m³, conforme detalhado na memória de cálculo abaixo:

Memória de Cálculo Baseada no Histórico Contratual:

- Objeto do Contrato Anterior: Fornecimento de caçambas para coleta de resíduos.
- Volume por Caçamba: 5 m³.
- Quantidade Média Anual de Caçambas Utilizadas: 100 unidades.
- Cálculo do Volume Total Anual:

$$\text{Volume Anual} = (\text{Quantidade de Caçambas}) \times (\text{Volume por Caçamba})$$

$$\text{Volume Anual} = 100 \times 5 \text{ m}^3$$

$$\text{Volume Anual} = 500 \text{ m}^3$$

A série histórica de consumo, consolidada ao longo dos 5 anos de execução do contrato anterior, comprova que o volume de 500m³ anuais é uma estimativa alinhada com a demanda real e contínua desta instituição.

A manutenção deste quantitativo para a nova licitação garante a continuidade do serviço sem risco de interrupção por esgotamento de volume e, ao mesmo tempo, evita o superdimensionamento do objeto, em total conformidade com os princípios da eficiência e do planejamento, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

O regime de preço unitário garante que a Administração pagará exclusivamente pelo serviço efetivamente prestado, conforme medição. Caso a demanda real seja inferior à estimada, o pagamento será naturalmente ajustado para baixo, sem a necessidade de aditivos de supressão, representando uma execução orçamentária eficiente e econômica. Essa flexibilidade intrínseca ao regime protege a Administração contra pagamentos por serviços não utilizados, alinhando perfeitamente o custo à necessidade real.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 - As demandas do IPEN tem como base os quantitativos de resíduos produzidos nas suas dependências, cabendo as empresas licitantes considerar seus próprios preceitos de produtividade e experiência na formulação de sua proposta comercial, correlata às condições estabelecidas a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviço de remoção de resíduos de serviços de construção e afins por meio de caçamba (caixa Brooks de 4m³), transporte e destinação final adequada das instalações da CNEN-IPEN/SP.	14672	m³	500 m³

7.2 - Para o ITEM 1 - Serviços de remoção e transporte de resíduos sólidos de construção e afins, a empresa contratada deverá disponibilizar caçambas estacionárias de 4 m³, onde permanecerá no local ao menos 05 (cinco) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos locais e quantidades definidas pelo responsável técnico do IPEN, respeitado o limite máximo de 500 m³/ano.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 72.022,08

8.1. O valor estimado da contratação é de R\$72.022.08 (Setenta e dois mil e vinte e dois reais e oito centavos)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Serviço de remoção de resíduos de serviços de construção e afins por meio de caçamba (caixa Brooks de 4m³), transporte e destinação final adequada das instalações da CNEN-IPEN/SP.	14672	m³	500 m³	R\$ 144,04416 m³ A caçamba tem capacidade de 4m³ e o valor unitário da caçamba é de R\$ 576.18	R\$72.022.08

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 - Em conformidade com o disposto no art. 45, § 1º, e art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem o parcelamento do objeto da licitação como regra para a ampliação da competitividade, justifica-se, no presente caso, a contratação integral do serviço de remoção de resíduos sólidos (500m³), caracterizando-o como item único e indivisível para fins de licitação e execução contratual. Esta decisão se fundamenta nas seguintes razões de inviabilidade técnica e econômica do parcelamento:

1. Inviabilidade Operacional e de Gestão: A natureza do serviço de remoção de resíduos por caçambas, que demanda acionamentos intermitentes e variáveis, exige um controle centralizado e um ponto único de contato. O parcelamento do volume total entre múltiplos fornecedores geraria uma complexidade administrativa e operacional insustentável para o IPEN, dificultando o controle eficaz dos saldos contratuais de cada empresa,

causando potenciais atrasos no atendimento às demandas e aumentando significativamente a carga de trabalho na gestão e fiscalização de múltiplos contratos para um mesmo serviço.

2. Risco de Perda de Padronização e Segurança: A contratação de um único prestador garante a uniformidade e a padronização dos equipamentos (caçambas) e dos processos de coleta, transporte e descarte, aspectos cruciais para a segurança operacional do IPEN e para a conformidade com as rigorosas normas ambientais aplicáveis à gestão de resíduos, especialmente em um ambiente de pesquisa energética e nuclear. A fragmentação do serviço entre múltiplos fornecedores comprometeria a capacidade de fiscalização da Administração em assegurar a adesão consistente a tais protocolos, elevando os riscos operacionais e de não conformidade.
3. Perda de Economia de Escala: A contratação da totalidade do volume de 500m³ com um único fornecedor permite que o licitante otimize sua logística, frota e equipe, oferecendo um preço unitário (por metro cúbico) mais competitivo em razão do volume e da previsibilidade da demanda. O parcelamento resultaria em contratações de volumes menores, que tendem a apresentar preços unitários mais elevados, além de gerar custos administrativos duplicados para o IPEN, referentes ao processamento e gestão de múltiplos contratos e faturas para um mesmo serviço.

Dessa forma, a contratação de um único prestador para o volume total de 500m³ é a solução que melhor atende ao princípio da eficiência, buscando a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, e garantindo a continuidade, a qualidade e a segurança na prestação do serviço.

9.2 - É vedada a subcontratação integral do objeto, admitindo-se subcontratação parcial de atividades acessórias, como o transporte, desde que previamente autorizada pela Administração e que a contratada permaneça responsável integralmente pela execução e pelos resultados do contrato, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Processo encerrado no SEI nº 01342.000358/2016-08 , Serviço de remoção de resíduos sólidos de construção e afins por meio de caçambas para o IPEN, com vigência de 17/10/2016 a 16/10/2021 , através do Contrato nº 00056 /2016 (Valor R\$ 40.000,00) com a empresa NOVA SÃO JOSÉ RESÍDUOS EIRELI-ME - CNPJ nº 22.770.554/0001-00.

10.2 - A solução é o conjunto de todos os elementos (equipamentos, bens consumo, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação. A equipe de planejamento da contratação realizou levantamento preliminar identificando todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que motiva a contratação, concluindo não existir contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 – A contratação de empresa especializada para remoção, coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos de serviços de construção e resíduos assemelhados, não perigosos (Classes A e B da Resolução CONAMA nº 307/2002 e Classe II-A e II-B da ABNT NBR 10.004/2004), gerados nas instalações da CNEN/IPEN-SP, proporcionará os seguintes resultados:

1. Atendimento às obrigações legais e ambientais:

- Cumprimento do TAC junto ao IBAMA, referente ao controle de geração e descarte de resíduos sólidos não radioativos;

- Garantia de descarte em locais licenciados, em conformidade com a legislação ambiental federal, estadual e municipal.

1. Gestão e rastreabilidade dos resíduos:

- Possibilidade de acompanhamento da geração, transporte e destinação final dos resíduos;
- Emissão de documentos comprobatórios (MTR ou equivalente) para auditorias e fiscalização.

1. Segurança ocupacional e patrimonial:

- Redução do risco de acúmulo de resíduos e ocorrência de pragas urbanas;
- Diminuição de pressões sobre a segurança ocupacional e o patrimônio do IPEN;
- Prevenção de eventos com consequências negativas ao meio ambiente.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 - Gestão adequada do Contrato pelos requisitantes do IPEN, cabendo durante a gestão dos itens, registrar no exercício subsequente no PAC – Plano Anual de Contratação no sistema PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações subsequente ao término da vigência do Termo Contratual, conforme §3º do artigo 19º da Portaria DIPEN nº 17, de 23/01/2020. (SEI nº 0354755).

13.2 - Há necessidade que esse serviço seja acompanhado por uma estrutura de Gerenciamento de Resíduos Químicos (já existente no IPEN). Representantes de cada Área/Centro são encarregados de organizar localmente os itens a serem destinados adequadamente. A logística final é de responsabilidade da empresa contratada.

13.3 - A maior celeridade é reflexo da redução de prazos e de exigências documentais. A ampliação do universo de interessados é consequência da possibilidade de participação da gestão contratual a distância, ou seja, empresas de qualquer localidade do país podem participar da gestão contratual, por meio do acesso ao sistema pela internet. O aumento da transparência e da publicidade dos atos deve-se à possibilidade de qualquer cidadão acompanhar em tempo real, também através da internet, o desenvolvimento das sessões públicas e os atos praticados por todos os envolvidos no procedimento licitatório e da gestão contratual. Para isso são necessárias:

- Utilização de sistema de a ser disponibilizado a partir de janeiro/2021, Comprasnet Contratos como novo sistema estruturante a ser utilizado pelo IPEN e empresas contratadas; e
- Padronização da metodologia de planejamento da contratação e gestão contratual com utilização de artefatos digitais nos sistemas que tratam de Gestão Contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 21/09/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

14.2 - A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

14.3 - Não será possível a implantação da separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária, não havendo a adoção de medidas necessárias ao cumprimento do disposto no Decreto nº 5.940, de 25/10/2006, dada restrição de acesso físico às áreas controladas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares e garantir a segurança dos trabalhadores em consonância a Norma CNEN NN 3.01 – Diretrizes básicas de proteção radiológica.

14.4 – Critérios e práticas de sustentabilidade e mitigação de impacto ambiental:

14.4.1 – A licitante deverá possuir licenciamento ambiental compatível com suas atividades, conforme exigência do art. 39, §2º, inciso I, da Lei nº 12.305/2010 (PNRS).

14.4.2 – Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de

emissão de poluentes estabelecidos pelo PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18/1986 e alterações.

14.4.3 – A contratada deverá realizar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos coletados, utilizando apenas áreas licenciadas pela CETESB e cadastradas junto à AMLURB/CTR, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a ABNT NBR 10.004/2004.

14.5 – Impacto ambiental esperado:

- O serviço não gera impacto ambiental significativo, pois consiste na remoção, transporte e destinação adequada de resíduos de serviços de construção e resíduos assemelhados;
- A execução do contrato mitiga riscos ambientais, evitando acúmulo de resíduos, contaminação do solo e ocorrência de pragas urbanas nas áreas do IPEN.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação deste serviço se faz necessária, uma vez que é de suma importância para atender as rotinas de todos os setores que compõem o IPEN-CNEN/SP, bem como as exigências estabelecidas no TAC/IBAMA, para a regularização ambiental do complexo do IPEN. É importante destacar que apesar de ser um serviço comum existem no mercado poucas empresas que possuem condições necessárias previstas na legislação pertinente para prestar um serviço de boa qualidade para a Instituição. O DINFR — Departamento de Infraestrutura não tem como improvisar, nem realizar os serviços solicitados, pois não possui pessoas, nem equipamentos adequados para poder suprir a ausência dos serviços; A ausência dos serviços poderia causar uma calamidade dentro do CNENIPEN, tendo muitos problemas tais como: acúmulo excessivo do lixo (entulho), proliferação de insetos e ratos, que hoje está controlada; A CNEN-IPEN/SP, não está cadastrado junto aos órgãos competentes para poder se desfazer do lixo acumulado nos vários setores da Instituição.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILBERTO MAGALHAES

Chefe da Divisão de Infraestrutura



Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 14:38:40.